

Sumário

Prefácio — A tua voz	9
Introdução	13
1. História da escrita: alguns elementos	19
1.1 Nascimento da escrita: as duas virtudes do alfabeto	19
1.2 A leitura em voz alta	34
1.3 Nascimento da leitura silenciosa	43
1.4 Confusão terminológica	49
2. História do teatro: algumas facetas	59
2.1 Uma nova concepção do teatro.....	59
2.2 Semiologia do teatro.....	65
2.3 Uma outra terminologia.....	74
3. A voz alta: algumas pistas.....	81
3.1 Uma atividade em si mesma.....	81
3.2 O dizer informativo	88
3.3 O dizer teatral	98
Conclusão	115
Bibliografia	123

Prefácio

A tua voz

“Cuide do sentido, e os sons cuidarão de si mesmos.”
(da Duquesa para Alice)

Lewis Carroll

Tal como se fosse uma pérola clara — gema rara — Élie Bajard parece contemplar o ato de ler e os meandros de sua aprendizagem com fascinação. E essa fascinação é tanto mais evidente quando Élie trata aquele ato como um exercício de convivialidade. Uma arte — com suas técnicas específicas — de compartilhar significados construídos a partir da leitura. Uma estratégia de aproximação com a vida.

No seu percurso histórico a leitura foi se constituindo em um processo individual de construção de significados. Sua difusão passou a ser orientada exclusivamente por uma concepção individualista do ato de ler. Daí a ênfase no seu caráter íntimo, reservado, solitário. Aprender a ler, nesse sentido, equivaleria a tirar um passaporte para o exílio, obter uma permissão para a autoexclusão do leitor dos es-

paços públicos, da participação social efetiva, do confronto. Como se o leitor, entorpecido pelo cheiro da tinta impressa no papel, pudesse tornar-se prisioneiro do mais atroz dos labirintos, um deserto onde só se veem signos: sem centro, sem margem, sem fronteiras. Uma ciranda perpétua de textos destituídos daquilo que define a leitura como uma expressão humana: a busca de uma aproximação com a vida. Nesse momento, a leitura passaria a ser um exercício substitutivo da realidade, uma experiência vicária.

O mergulho de Élie Bajard na história da leitura tem o sentido de resgatar o conjunto das práticas orais do texto para que elas, depuradas e regeneradas por uma análise precisa, se constituam numa nova prática coletiva do texto. Desse modo, o autor encontra respostas novas para antigas perguntas da Pedagogia, atribuindo uma função solidária para uma velha rotina de sala de aula, a “leitura em voz alta”.

O ponto de vista adotado pelo autor é o da Pedagogia. Contrário à tendência atual de considerar a Pedagogia como um mosaico composto de pensamentos imperfeitos, noções vagas e bizarras, ideias superadas, o autor a toma como um vasto painel de virtualidades, disponível para novas reinvenções. Assim, a lógica da reflexão pedagógica impõe seus próprios parâmetros, desarticulando a lógica particular de cada uma das áreas que alimentam a sua reflexão.

Durante o século de sua existência e atuação, a escola estabeleceu como projeto a generalização da alfabetização. Foi um projeto ambicioso pela amplitude da universalidade pretendida, mas modesto enquanto competência a ser disseminada: propagar um saber na justa medida da sua necessidade. Transmitir uma técnica de uso do texto rudimentar, uma habilidade de sobrevivência para os raros encontros

com a escrita que passavam a ocorrer no mundo urbano emergente. A ênfase no oral foi a base do ensino dessa técnica, pois a sua aprendizagem se resumia na construção da passarela entre o oral e o escrito, o que permitia ao alfabetizado transformar as marcas visuais do texto em vibrações sonoras: dos olhos para os ouvidos. Essa concepção trouxe, como consequência, o oral como resíduo, por meio da oralização compulsória do texto: o sentido do texto só poderia ser descoberto através da sonorização. Nesse caso, a leitura era resultante de um oral gradativamente internalizado, que tornava indissolúveis dois usos distintos do texto: a leitura e a leitura em voz alta.

Ora, de acordo com as descrições atuais do comportamento do leitor, a leitura se define como um domínio estritamente visual, gráfico, do sistema da escrita: o escritor escreve para ser lido com os olhos.

Se, para o domínio daquela técnica rudimentar de uso da escrita, a ênfase no oral era a base da aprendizagem, para o domínio da leitura o oral passa a ser um obstáculo. Nesse contexto, qualquer referência ao oral pode provocar calafrios: a leitura pertenceria ao mundo do silêncio, do lance do olhar.

Então, como fica a leitura em voz alta? Qual o fundamento de seu exercício em sala de aula?

É nesse campo minado que Élie Bajard desenvolve seu trabalho. É aí que ele procura desfazer a confusão terminológica e conceitual entre leitura e leitura em voz alta, para caracterizar com precisão a natureza do ato de ler. Élie Bajard nos oferece uma nova perspectiva: a comunicação oral dos sentidos construídos (em silêncio) pelos leitores. Uma aventura intelectual arriscada e instigante. Se ques-

tionamos o sentido do som na aprendizagem da leitura, Élie Bajard, através do espelho, mostra seu gratificante reverso: a aprendizagem do som do sentido.

Enquanto escrevia, pude ouvir a tua voz que me seduz. De olhos fechados, buscava imaginar o silêncio destas páginas impressas sendo quebrado pelo som da tua voz. Não o som da letra, mas o som do sentido das palavras. Não o oral desarticulado das sílabas escandidas, mas a fluidez da melodia entoada pela tua boca. Não a fala do texto — esse fantasma simulado de grafia — mas o dizer da voz, do olhar, dos gestos, de uma cena repleta de sentido. Por meio da tua voz translúcida, posso agora ouvir labirintos, punhais, tigres. Meus olhos, que por mil vezes percorreram os arabescos negros grafados nas páginas dos livros, agora cismam sobre a tua presença. De tua boca, a tradução do sentido interposto entre a grafia e a interpretação: esta língua roçando os meus ouvidos.

José Juvêncio Barbosa

São Paulo, 14 de janeiro de 1994

Introdução

O mundo da escrita está hoje em plena mutação. Os meios de comunicação não cessam de se desenvolver e de deslocar as fronteiras que acreditávamos estabelecidas entre o campo do exercício da língua escrita e o da língua oral. Nossas representações e nossas práticas da escrita não são imutáveis, mas sofrem transformações a cada novidade tecnológica. A invenção da escrita alfabética, da imprensa no século XVI e, mais tarde, da pena de metal no século XIX, transformaram a relação dos homens com a escrita.

Hoje, vivemos uma outra mudança tão profunda quanto aquelas. O computador modifica não somente a prática cotidiana de elaboração do texto, mas também os modos de edição e de difusão. O preço do novo material necessário à escrita aumentou consideravelmente. Há pouco, o lápis garantia a todos as mesmas possibilidades. Atualmente, o custo do processamento de texto distribui o poder conferido pela escrita mediante novos critérios. A compra de um computador conectado com uma impressora não está ao alcance de todos, e esse instrumento passa a ser fator de discriminação. Ao mesmo tempo, um equipamento gráfico de pequenas proporções permite, a quem o possui, editar um número suficiente de exemplares, com a qualidade da imprensa tradicional. Assim sendo, a escrita hoje tem um custo mais alto, mas o mesmo não ocorre com sua difusão.

Há décadas a língua escrita vem perdendo terreno em função da concorrência da imagem e do telefone. Este último, em sua expansão nos anos setenta, conquistou um território outrora ocupado exclusivamente pela escrita, o da comunicação a distância. Alguns observadores já haviam feito o prognóstico da morte da língua escrita. No entanto, há cerca de cinco anos começa a se impor um novo meio de comunicação que rivaliza com o telefone: o fax. Hoje em dia é possível comunicar-se a distância imediatamente e por escrito, sem se sujeitar aos prazos impostos pela transmissão postal. A mensagem escrita é conduzida tão rapidamente quanto a mensagem telefônica. Evidentemente, ela é menos flexível e não permite interação imediata.

Por outro lado, o fax não exige a presença do correspondente; uma vez tendo chegado ao escritório durante a noite, sua materialidade permanece à espera do receptor.

Mas um outro aspecto desse invento atrai a atenção de quem se interessa pela rivalidade entre a língua escrita e a língua oral. Por ironia do destino, eis que aparece um novo instrumento que desvia em proveito da escrita uma tecnologia inventada para a comunicação vocal, a ela reservada durante mais de um século: o telefone. Cabe ao usuário fazer uma distinção que até ontem apenas o técnico era capaz de realizar: dissociar o transporte da onda elétrica de sua codificação, já que o impulso elétrico pode ser codificado não somente em ondas sonoras, mas também em signos gráficos. A invenção que inicialmente havia sido identificada ao transporte da voz, diversifica hoje seus serviços, transmitindo a língua escrita.

Como vai se comportar a escola diante dessas modificações tecnológicas? Ela vai se apropriar desses instrumentos, ou, cautelosa, postergar o seu uso por não estar ainda

definitivamente ancorado na sociedade? Que práticas de comunicação vamos propor às crianças? Quando elas forem estabelecer contato com outras, poderão escolher os meios? Usarão mecanicamente o telefone ou saberão optar pelo meio mais adequado à situação?

Ora, o problema da relação entre a língua escrita e a língua oral não surgiu recentemente, mas é uma preocupação da humanidade há milênios. Ele está presente através de toda a história da escrita, das origens até nossos dias. Não há portanto nenhuma razão para acreditar que nossa geração poderá lhe dar uma resposta definitiva, uma vez que a invenção de novos instrumentos continuará deslocando sem cessar a fronteira entre os usos da escrita e os da língua oral.

Não é surpreendente que essa problemática apareça no seio da aprendizagem da escrita na escola e em pesquisas universitárias. Há muito tempo o aprendizado da leitura suscita paixões. A querela dos métodos — analítico, sintético ou misto — propunha procedimentos distintos para abordar a combinatória alfabética, no cerne da passagem do oral à escrita.

Uma outra abordagem, interna à língua escrita, visa ao reconhecimento do sistema gráfico como autônomo, sem trânsito obrigatório pelo oral. Tais mudanças de perspectiva intervieram no ensino de línguas estrangeiras. Após um ensino da língua oral centrado na escrita, depois de um ensino da língua escrita realizado a partir do oral, atualmente a abordagem de cada uma se faz de maneira independente. No aprendizado da língua materna escrita, alguns preconizam a entrada direta na sua codificação interna, renunciando ao caminho através da língua oral. Essa prática puramente silenciosa, no entanto, não acarreta o risco de que toda prática oral do texto seja considerada como parasita?

Numerosas pesquisas recentes tentam fazer ressurgir o aspecto oral da língua escrita. Toda a história da leitura no ocidente se confunde com a história da prática oral dos textos. Essa experiência milenar não pode ser negligenciada. As investigações se multiplicam à medida que novas ciências se interessam continuamente por um domínio hoje reconhecido por todos como sendo a chave da escolaridade e, conseqüentemente, talvez da cidadania. Muitas delas giram em torno da subvocalização da palavra interior e da consciência fônica. O âmago do debate se situa hoje na relação entre a escrita e a comunicação oral. As pesquisas psicolinguísticas, todavia, não são suficientes. Precisamos da sociologia e da etnologia, já que a perpétua transformação da escrita muda nossa relação com o mundo e com os outros. Será que esse debate é exclusivamente técnico? As hipóteses dos pesquisadores não são norteadas por questões mais fundamentais?

As pesquisas vêm acumulando numerosas informações, que, no entanto, não podem ganhar coerência no quadro de uma ciência única. Nenhuma teoria permite hoje integrar a soma dos resultados adquiridos. Ora, o professor se vê diante da tarefa de ensinar, sem poder esperar uma eventual integração desses resultados. Ele deve propor imediatamente às crianças uma abordagem que possa levar em conta, na vida da classe, as informações trazidas pela pesquisa. Não são as lógicas particulares de cada uma das ciências que podem impor sua coerência à prática pedagógica. É essa mesma prática que tenta integrar as informações numerosas, parciais, fragmentadas e por vezes contraditórias, resultantes das pesquisas. Pois, em última análise, é o professor a garantia da coerência da prática da sala de aula.

Esse livro parte da constatação de que a prática oral do texto é um ponto nevrálgico no conjunto das pesquisas e

das práticas pedagógicas. O lugar que lhe reservam os defensores de diferentes abordagens é, todavia, insuficiente. Alguns fazem da emissão da voz uma etapa necessária para chegar ao sentido; reduz-se então a emissão vocal à subvocalização e a uma prática individual. Outros pensam que, para proferir o texto, a compreensão é necessária, mas por vezes a reduzem a uma avaliação da leitura: assim como um texto bem dito manifesta uma boa leitura, a dicção serve para avaliá-la. Há também aqueles que fazem da leitura uma prática visual, correndo o risco de rejeitar a prática vocal do texto, ao assimilá-la a uma prática parasita que atrapalha as aprendizagens. Felizmente a história nos mostra o papel desempenhado por essa atividade e alguns pedagogos resgatam hoje sua função social, conforme veremos.

Analisaremos neste trabalho as práticas orais do texto e, entre outras, aquela que recebeu o nome de “leitura em voz alta”. Interrogaremos inicialmente a História, observando como a invenção do sistema alfabético, mutação que todos concordam em considerar como um progresso decisivo na história da humanidade, pode ser examinada a partir de dois pontos de vista diferentes. A seguir estudaremos a História da Leitura que, até meados do século XX, se identifica à prática oral do texto, apesar de a leitura silenciosa ter começado a se generalizar já a partir do século XI. Para tanto, faremos referência a obras existentes em língua francesa, uma vez que essa linha de investigação apenas agora começa a se desenvolver no Brasil.

Paralelamente, voltaremos nossa atenção para uma atividade social que sempre teve por vocação a transmissão vocal dos textos: o teatro, arte que tem brincado de esconde-esconde com a instituição escolar e com a Igreja. Nelas, ao

longo da história, a teatralização foi mais tolerada do que aceita. E, se na tradição europeia os grandes textos de teatro faziam parte do programa, eram estudados enquanto objetos literários. O teatro, contudo, muito se transformou e o texto hoje passa a ser visto como um elemento articulado a outros, dentro da obra teatral.

Procuraremos compreender essa mutação recente e a nova posição atribuída ao texto no teatro contemporâneo. O deslocamento do impacto do texto na representação pode nos ajudar a vislumbrar a mudança que devemos operar em relação à sua prática vocal. Para isso recorreremos à semiologia do teatro, que explica o encontro do texto com outras linguagens, quando ele passa da página à voz.

Queremos mostrar assim que a prática vocal do texto não pode ser reduzida à “leitura em voz alta”. Esse conceito não é mais operatório, de um lado porque cria confusão na noção de leitura e, de outro, porque impede de conferir às práticas vocais do texto toda a relevância que merecem.

Tentaremos enfim propor elementos para uma didática das práticas orais do texto, extraindo da sociedade os modelos de comunicação, quer de caráter informativo, quer de natureza artística. Em didática da língua materna há poucas proposições para ajudar a criança a se apropriar das diferentes linguagens que podem contribuir para a comunicação vocal do texto. Essa ausência não é surpreendente, uma vez que a atividade que corresponde à “voz alta” ainda é, em nossos dias, identificada como “leitura”. Apelaremos aos educadores que tem alguma experiência sobre a transmissão vocal do texto, ou seja, os que praticam o jogral, o sarau e o jogo dramático.

1

História da escrita: alguns elementos

1.1 Nascimento da escrita: as duas virtudes do alfabeto

Quando na Mesopotâmia, por volta de 3300 anos antes de Cristo, surgiu entre os sumérios a escrita pictográfica, o traçado das suas unidades mantinha semelhança com o referente que designava. Dois traços paralelos significavam a *amizade*; quando eles se cruzavam, indicavam a *inimizade* (Jean, 1987, p. 17). Inicialmente pictográfico, isto é, semelhante ao referente, o signo passa a perder sua “representatividade” e se torna ideográfico. Em ambos os modos da escrita, o significante está diretamente vinculado ao significado e a ligação que se pode estabelecer entre os significantes da língua escrita e os da língua oral deve passar pelo sentido. Mas uma escrita que exigia milhares de signos estava reservada aos especialistas que necessitavam de muitos anos para aprender a manejá-la. Mais tarde, por razões de economia e de combinatória, esses traçados se distanciaram das formas primitivas, se simplificaram e se tornaram “arbitrários”, o que acarretou sua redução. Desse modo, a aprendizagem da escrita foi facilitada.

Uma língua para os olhos

Curiosamente, as *tábulas de Uruk* descobertas no local de um grande templo, hoje no Iraque, são construídas não de textos religiosos ou literários, mas de listas de sacos de grão, de cabeças de gado, estabelecendo a contabilidade do templo. São documentos administrativos. Nessa época, a forma escrita mais disseminada é a lista. Os cuneiformes permitiram aos escribas manter os livros de contas dos templos e palácios.

Observamos que a invenção da escrita ocorreu não para duplicar o oral, mas para completá-lo. Jack Goody mostra como a utilização da escrita permite comunicar de modo diferente da língua oral. A escrita transforma a própria prática da linguagem. Na verdade, ao se dirigir à visão, a escrita lhe oferece as duas dimensões de sua superfície e, nas listas ou nas tabelas, duas entradas. A tirania da sequencialidade da palavra começa a ser derrotada. Cabe, aliás, precisar que o próprio conceito de linearidade, frequentemente apontado como característico da matéria sonora, se vale de uma terminologia espacial. Recorre-se assim a uma metáfora gráfica para explicar um fenômeno vocal.

A palavra oral não é *linear*, ela implica uma *sucessão* e não permite voltar atrás. O que é dito, é dito definitivamente. A linha, forma gráfica que impõe uma direção (no sentido geométrico), propõe pelo menos dois sentidos. O olhar pode deslizar para a frente, frear, voltar atrás. Pode mesmo saltar para outro parágrafo. Infelizmente, o professor, vigilante, proíbe saltar passagens. Assim como ele exige do aluno concentrado atenção ao desenrolar das palavras nos seus lábios, ele também lhe solicita que siga a concatenação

das letras do texto, muitas vezes com o dedo colado no fio condutor da linha. O modelo de compreensão da língua oral, que submete o sujeito ao fluxo das palavras, se impõe então à escrita, levando ao esquecimento de sua especificidade. Já que compreender a articulação de um discurso oral exige uma atenção sem trégua ao fluxo das palavras, do mesmo modo o professor considera pertinente impor ao aluno a tirania da linha, privando o olho do leitor de sua habilidade de apreender as duas dimensões da página.

No entanto, a escrita é um objeto com mais de uma dimensão. “Ao arrancar a palavra do tempo pela espacialização, elas [as técnicas tipográficas] fazem da palavra um objeto com duas dimensões de página e três dimensões de volume” (Hagege, 1985, p. 88). Dentro desse universo, o leitor hábil sabe escolher a estratégia de leitura que convém à situação. Não se lê um texto erudito do mesmo modo que uma revista nova numa banca, que dá margem a destacar ou negligenciar passagens, voltar atrás. A escrita, portanto, oferece ao leitor percursos não permitidos ao ouvinte de uma novela radiofônica.

O oral permite apresentar uma hierarquia na sucessão da enunciação, mas apenas uma e não duas — horizontal e vertical — cruzadas. O interesse do esquema, com abscissa e ordenada, é representar simultaneamente duas hierarquias. Isso fica evidente, por exemplo, na árvore genealógica, que possibilita visualizar as relações laterais ao mesmo tempo que as ascendências, o que não é possível na língua falada. Não é por essa razão que os partidários da *gramática gerativa*, ao explicar as relações gramaticais hierarquizadas dissimuladas pela linearidade da frase, recorriam à sua “representação arborescente”? Os linguistas que fazem do oral “o único objeto linguístico” (Saussure, 1960, p. 45),

utilizam transcrições fonéticas em suas descrições, demonstrando, assim, a necessidade de recorrer a uma língua diferente da língua falada, não somente enquanto memória, mas como instrumento específico de tratamento da informação. Roland Barthes, ao definir as relações sintagmáticas e paradigmáticas da frase, recorria à metáfora do cardápio. Seu uso não é arbitrário, pois possibilita uma escolha que as palavras do garçom não podem substituir. Ao ter diante dos olhos todas as possibilidades, o comensal pode comparar as diversas soluções: ele lê o sistema inteiro em seu desenrolar (o sintagma) e em suas escolhas possíveis (o paradigma).

A palavra, por sua vez, é fluida. Não se pode, ao mesmo tempo, apreender o fluxo presente e aquilo que ainda vai se desenrolar. Já que as palavras se apresentam em sucessão, deslocamentos de sentido são possibilitados por variações linguísticas frequentemente até imperceptíveis. Inversamente ao olhar, o ouvido não pode perceber concomitantemente dois ou mais termos. A escrita, ao se apresentar em sua totalidade, permite comparar os diversos usos de um mesmo elemento, revelando suas variações. A capacidade do leitor de manter duas proposições sob o mesmo olhar, possibilita-lhe tratá-las simultaneamente e, a partir delas, deduzir logicamente uma terceira. O silogismo, assim como a lógica e a filosofia, nasce da escrita.

Jacques Bertin mostrou como o olhar pode abraçar um considerável número de dados e, a partir da imagem global que constrói, oferecer ao cérebro possibilidades de tratamento instantâneo que o computador não pode realizar de modo tão sintético. “É assim, por exemplo, que o olho vê instantaneamente a diferença de distribuição entre dois mapas feitos cada um com 25 milhões de dados” (1977, p. 181). “Num

instante de percepção, o ouvido percebe um som único. Num instante de percepção o olho percebe as relações entre três conjuntos [abscissa, ordenada e elevação]. Nenhum sistema de percepção tem essa propriedade e parece claro que a lógica tenha sido fundada sobre as três dimensões da percepção visual” (idem, p. 179). O texto escrito oferece, portanto, uma imagem que o leitor trata como tal. Atualmente a imprensa, ao confeccionar jornais e cartazes, sabe muito bem apresentar o texto como imagem e distribuí-lo na página, levando em conta tanto sua dimensão icônica quanto sua dimensão linguística.

O alfabeto, passarela entre a escrita e o oral

Mais tarde, a escrita perde seu caráter ideográfico para se tornar fonética. Essa evolução ocorreu paralelamente entre os sumérios e entre os egípcios, sem que, ao que tudo indica, tivesse havido relação de causa e efeito. O mesmo princípio de economia de signos levou à utilização do expediente do rébus. Assim, o recurso ao mesmo ideograma para duas homófonas (*cem* e *sem*, por exemplo) economizava o número de signos. Da mesma forma, para escrever uma palavra como *centelha*, podia-se somar o signo usado para *cem* e o signo referente a *telha*. Nesse caso, com dois signos se escrevem quatro palavras (*cem*, *sem*, *telha* e *centelha*). O sistema alfabético encontra aqui sua raiz. Seus dois fundamentos estão presentes. De um lado reduz-se o número de signos, uma vez que, em vez de milhares de unidades significativas, utilizam-se sons, unidades em número limitado. Por outro lado, a relação entre a língua escrita e a

língua oral não necessita mais passar pelo sentido, mas se instaura diretamente a partir do quadro de correspondências entre significantes escritos e significantes orais. Contudo, nem os sumérios, nem os egípcios levaram essa lógica até o alfabeto. A escrita cuneiforme e os hieróglifos transcreviam palavras ou sílabas. Com efeito, os sons passíveis de serem segmentados através da pronúncia são as sílabas; para identificar os fonemas é preciso uma conceituação que vá além da segmentação promovida pela pronúncia.

Os raros textos literários escritos entre os anos 3000 e 2000 a.C. passam a ser bastante numerosos depois de 1500 a.C. Uma hipótese plausível é que o desenvolvimento da literatura tenha estado ligado à descoberta do princípio silábico. No entanto, essa literatura se desenvolveu numa época em que o sumério tinha deixado de ser uma língua falada, reduzindo-se apenas a uma língua escrita. Isso significa que a relação entre a escrita e o oral tinha enfraquecido ou até mesmo se desfeito.

Antes do Renascimento, transformação semelhante foi sofrida pelo latim. À medida que as línguas vernáculas que posteriormente se tornaram o italiano, o espanhol, o português e o francês, começaram a se estender, o latim passou a ser cada vez menos falado, até se transformar em língua morta. Nessa época, como havia sido o caso do sumério, a escrita não podia ser considerada “como o meio de fornecer à palavra um correlato objetivo, como uma duplicação material do discurso oral” (Goody, 1979, p. 143). Dessa forma, em alguns casos-limite, a escrita pode existir na ausência de qualquer linguagem falada.

Parece, portanto, se operar uma distinção histórica entre a configuração de um código que se torna cada vez

mais econômico em figuras¹ e a utilização desse código na recepção. Configuração e utilização podem não ser isomorfas, ou seja, podem ser descritas diferentemente. Fazendo uma analogia com a vida cotidiana, observamos que os números são transcritos pelas máquinas eletrônicas de maneira digital. Relógios, taxímetros, luminosos de elevadores nos apresentam algarismos que são lidos por todos, sem que o público, no entanto, saiba utilizar o conjunto de quatro barras verticais e três horizontais para escrevê-los.

Por outro lado, a economia de figuras foi levada ao extremo pela informática, que só utiliza duas delas (0 e 1) para transcrever todos os signos gráficos. Não é necessário, contudo, conhecer esse código para utilizar um programa de processamento de texto, já que tratamos a informação em outro nível. Uma vez que o nível da oposição binária nos é invisível, ele se torna transparente,² permitindo o acesso direto ao alfabeto. A informática, aliás, nos mostra que muitas operações permanecem inacessíveis e que o uso de um programa de computador não requer em absoluto o conhecimento do seu funcionamento. Assim, um meio de comunicação possui vários níveis de códigos encaixados uns nos outros, e os diversos usos desse meio podem não requerer o domínio de todos os códigos que o constituem.

Do ponto de vista da língua, Chomsky destacou que uma criança de doze anos pode efetuar operações que o linguista é incapaz de descrever. É conveniente então distinguir a descrição do código da língua escrita, de sua utili-

1. A *figura* é uma unidade do significante que não tem significado correspondente, tal como o fonema e o grafema.

2. O conceito de transparência remete à metáfora do vidro, que é imperceptível à visão.

zação. As relações biunívocas entre os elementos escritos e orais não obrigam a considerar a língua escrita como uma mera duplicação do oral. “A interpretação (leitura) da escrita alfabética, que implica mecanismos cerebrais altamente complexos, não passa necessariamente pelos fonemas representados... Se fosse esse o caso, os surdos-mudos corretamente reeducados só poderiam saber ler palavras que tivessem aprendido a articular. No entanto, eles leem e escrevem muito mais. E quando seus conhecimentos se limitam às palavras que aprenderam a articular, isso se dá em função de uma reeducação malconduzida, fundada na ilusão ‘escritofóbica’ de que uma relação direta entre palavras escritas e referentes seria impossível” (Hagege, 1985, p. 88).

Foi preciso aguardar no entanto duas outras invenções para se chegar à utilização do alfabeto tal qual o conhecemos. A primeira foi realizada pelos fenícios, que, ao levarem mais longe a economia gráfica realizada pelos sumérios, transcreveram não mais sílabas, mas fonemas. Eles atingiram essa realização auxiliados por dois fenômenos. De um lado, a prática contável da escrita, ao elaborar listas de bens materiais e, portanto, ao classificar palavras, propunha um material gráfico propício à comparação e à análise. Por outro lado, o pequeno número de vogais das línguas semíticas permitiu que os fenícios identificassem e transcrevessem as consoantes. Como estas veiculavam a informação máxima e permitiam uma grande previsibilidade no reconhecimento das palavras, foram os únicos elementos acústicos por eles transcritos, possibilitando economia do número de signos, sem entravar a leitura. Dessa maneira os fenícios tiveram acesso à análise fonológica da língua. A segunda invenção foi realizada pelos gregos, que necessitaram dar forma às vogais, abundantes em sua língua, para preservar

a informação por elas veiculada. Eles emprestaram dos fenícios não somente consoantes comuns a ambas as línguas, como também utilizaram as demais consoantes fenícias para transcrever as suas vogais. Tinha nascido a escrita alfabética.

Ao fazer corresponder um signo gráfico a cada fonema, o alfabeto permite o vaivém entre a escrita e o oral. Essa transcodificação é rapidamente adquirida, já que requer apenas a identificação das unidades do oral (35 fonemas) e o conhecimento do conjunto correspondente das unidades da escrita (que podem ser em igual número). A lógica dessa codificação consiste em obter dois conjuntos (escrito e oral) com relações biunívocas; algumas línguas (como o português) se aproximam dessa correspondência, sem que ela se realize plenamente. É essa economia de signos que justifica a aprendizagem pela decifração. Ao dominar o pequeno número de correspondências grafofonéticas é possível, efetivamente, descobrir o oral que se esconde sob a escrita. Como o oral é previamente conhecido, deixa de existir dificuldade de compreensão. Uma escrita ideográfica, por sua vez, necessitaria de uma longa aprendizagem para que se pudesse dominar os milhares de signos que a constituem.

Todos estão de acordo em estimar que uma importante mudança foi experimentada pela escrita quando ela se tornou alfabética. Com efeito, essa invenção possibilitou uma maior difusão das práticas da escrita. “As crescentes simplificações dos sistemas da escrita, ao longo de suas progressivas transformações, tornaram possível e mesmo às vezes efetiva, uma difusão mais ampla da prática da escrita” (Goody, 1979, p. 142). Essa simplicidade da escrita vai permitir que os mercadores fenícios façam fortuna no Mediterrâneo, ao dotar seu pessoal de um eficiente instrumento de gestão, o alfabeto. Ao mesmo tempo que esse meio se

generalizava, também se democratizava, escapando ao monopólio dos escribas.

Poder-se-ia então pensar que a invenção do alfabeto, ao fazer cada unidade da escrita depender de uma unidade do oral, submete o primeiro ao segundo, transformando a escrita em fiel servidora da língua oral. O pequeno número de línguas escritas em relação ao conjunto das línguas existentes reforça a ideia de uma escrita contingente no quadro da universalidade do oral. Essa visão de uma escrita sob influência é partilhada por ilustres pensadores. Saussure (1960, p. 45) dizia que: “Língua e escrita são dois sistemas de signos distintos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; o objeto linguístico não é definido pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última constitui sozinha esse objeto”.

No entanto, pode-se dizer que, mesmo nas línguas que se valeram de um alfabeto, isto é, cujas relações entre a escrita e o oral se davam em dois níveis, o nível do sentido e o nível fonológico, a língua escrita não era utilizada — como afirmavam os linguistas — apenas como representação do oral. “Nessas fases iniciais da civilização da escrita, ao longo dos primeiros mil e quinhentos anos da história escrita da humanidade, os textos quase sempre apresentam formas bastante diferentes da palavra comum, e mesmo de qualquer palavra” (Goody, 1979, p. 148).

É preciso acrescentar que a escrita alfabética não chega a transcrever todas as particularidades sonoras da língua oral. Inicialmente, nas línguas semíticas, os grafemas só transcreviam as consoantes. As vogais não tinham existência gráfica. O leitor deve portanto identificar as palavras unicamente a partir de sua estrutura consonantal, que por sua vez é impronunciável. Nesse caso a decifração não é

suficiente para identificar a palavra; é preciso, ao contrário, reconhecê-la através de outros procedimentos para poder pronunciá-la. Assim mesmo, nas línguas alfabéticas a eficácia da decifração é variável.

Por outro lado, além do fato de que a escrita transcreve o fonema e não sua realização fonética — que pode ser bastante diversificada, complicando frequentemente o reconhecimento do significante sonoro da palavra — é importante enfatizar que ela deixa sem transcrição uma grande parte da entonação, sem a qual não haveria nenhuma compreensão do oral. Para que a entonação seja restituída, deve se efetuar a partir da estruturação gramatical da frase ou do texto. A pontuação dá conta da entonação de modo imperfeito. Ora, “em alguns registros do próprio francês oral, assim como em muitas outras línguas, as articulações sintáticas entre proposições são marcadas por variadas curvas de entonação, verdadeiros morfemas prosódicos” (Hagege, 1985, p. 92). A escrita não é o resultado “de um simples exercício de transcrição” (idem, *ibidem*). Por isso, Jacques Derrida critica o fonocentrismo de Rousseau e Saussure, “esses dois ilustres ‘escritofóbicos’” (idem, p. 94).

Um outro legado, uma segunda articulação

A primeira função da língua escrita, valorizada desde a origem, é sua aptidão para substituir a língua oral em circunstâncias nas quais esta última deixa de ser operacional, em razão da ausência de um interlocutor no espaço ou no tempo. Essa função substitutiva é reforçada pela invenção do alfabeto, que faz de uma o espelho da outra. A língua

escrita permite transmitir numa situação diferida o que diariam oralmente os interlocutores na presença um do outro.

No entanto, como havíamos mencionado, J. Goody afirma que o uso literário da escrita se expande no momento em que o sumério já tinha se tornado uma língua morta. Essa escrita “era somente um sistema gráfico e não a combinação entre um código fonológico um código gráfico” (Goody, 1979, p. 147). Esse fato é espantoso. Por que a transformação em direção a uma escrita alfabética ocorreu em um momento em que o sumério tinha se tornado língua morta, ou seja, quando a relação entre a língua oral e a língua escrita já tinha se perdido? Que interesse haveria em ligar a escrita a uma língua oral desaparecida? Se assim for, além de suas qualidades de servidora do oral, a escrita alfabética dissimularia, talvez, uma outra virtude?

Convém explicitar uma segunda característica dessa invenção, mais raramente salientada. O sistema alfabético certamente possibilitou a instauração de um meio eficiente de trocas entre escrita e oral. Contudo, nessa duplicação, a escrita adquiria muito mais do que o reflexo do oral: ela herdava sua eficácia. Como no oral trinta figuras sonoras — os fonemas — podem traduzir todo o léxico, as trinta figuras visuais da escrita — os grafemas — podem traduzir todo o dicionário. O alfabeto foi o meio encontrado pelos antigos para construir um código escrito com duas articulações.³ O novo código gráfico herdava a funcionalidade de seu modelo oral.

3. Segundo Andre Martinet, a linguagem humana se articula em dois planos. No primeiro, *primeira articulação*, o enunciado é constituído de inúmeras unidades dotadas de sentido, os monemas. No segundo plano, *segunda articulação*, o monema é constituído de unidades sem sentido, em número limitado, os fonemas.

A redução do número de signos acarreta muitas consequências interessantes. Sua forma pode ser muito mais tipificada, protegendo os signos de alterações devidas a variantes gráficas individuais. É mais fácil obter traços distintivos diferenciados para trinta signos do que para três mil. Há menos riscos de que as variantes alterem sua identificação. A redução do número de signos gráficos permite reconhecê-los com mais segurança; a digitalização do código é mais precisa.

Alguns códigos recorrem a conjuntos menores de signos. Mas quanto mais reduzido é o número de signos, mais sua combinatória se torna complexa. E assim com a linguagem da informática, baseada no sistema binário, constituindo a maior redução possível do número de signos. O reduzido número de signos utilizado pela escrita alfabética em relação com a ideográfica necessita de uma combinatória complementar, a segunda articulação. Essa organização dos elementos gráficos traduz então distinções que o pequeno número de signos não pode assumir.

Assim sendo, como herança da língua oral, a escrita recebe o precioso equilíbrio atingido pela lenta maturação das línguas naturais através da pré-história, entre o número das figuras acústicas utilizadas — trinta — e o tamanho da codificação das palavras — cinco fonemas em média. Essa codificação resulta de um meio-termo entre o custo do aumento sem fim dos signos das escritas ideográficas e o custo de uma combinatória excessiva imposta por uma codificação binária.

Em relação à duração dos tempos pré-históricos e particularmente em relação ao longo amadurecimento da língua oral, a invenção do alfabeto se deu dentro de um

período relativamente curto. Quando a língua escrita passou a imitar a organização da língua oral, o número de signos diminuiu e multiplicou-se o número de leitores e escritores. Desse modo, através de uma aproximação sucessiva ao longo de alguns séculos, a escrita pôde se beneficiar de uma segunda articulação, resultado adquirido pelas línguas naturais no decorrer de milênios.

Assim como um triângulo homotético obtém por transformação as virtudes de um outro triângulo, a transformação alfabética oferece à escrita as capacidades semióticas das línguas naturais. O código gráfico recebe as virtudes do código oral e goza com relação a esse último da mesma autonomia que o oral possui em relação à escrita. A invenção do alfabeto foi capital, não somente porque propõe uma passarela entre o oral e a escrita, mas sobretudo porque provê a escrita da eficácia de uma codificação amadurecida lentamente no curso do desenvolvimento da humanidade.

O código alfabético é frequentemente valorizado pela economia que proporciona à memória. O aprendiz pode se contentar em aprender trinta novos signos, em vez dos milhares utilizados pelas línguas ideográficas. No entanto, essa economia de memória, valiosa na aprendizagem da produção de textos, não seria uma armadilha na aprendizagem da leitura? De toda maneira, não é necessário, afinal de contas, reconhecer as palavras escritas uma a uma em sua codificação ortográfica, ou seja, através do que hoje é chamado de *via direta*?⁴ Não é esse mesmo esforço que se solicita no aprendizado de uma língua estrangeira? Querer economizar

4. O reconhecimento da palavra chamado também *via direta* se realiza sem passar pelo longo processo de *identificação* ou *via indireta*, que se vale da decodificação, etapa a ser ultrapassada.

um tal esforço não é ilegítimo. Mas é necessário avaliar o preço de uma economia imediatista. Assim como o ouvido pode identificar milhares de palavras diferentes que se valem de um pequeno número de fonemas, por que não se poderia, com os olhos, identificar diretamente, isto é, sem transitar pelo oral, milhares de palavras diferentes que se valem de um pequeno número de signos gráficos?

Existem portanto duas visões da escrita alfabética. Pode-se ser sensível sobretudo às relações que ela estabelece entre a língua escrita e a língua oral. Esse foi o caso de Saussure, o fundador da linguística, mais interessado em reconhecer, através dos traços da escrita, as marcas de sua ascendência oral, do que em valorizar suas características intrínsecas na apreensão do mundo. Essa atitude acabou sendo historicamente salutar, porquanto possibilitou a atribuição de um estatuto autônomo para a língua oral. Na medida em que estudos anteriores subordinavam a língua oral à escrita, faziam desaparecer a legitimidade das inúmeras línguas orais não escritas.

Pode-se, ao contrário, ser mais sensível à potência do código escrito herdado da língua oral e à sua autonomia. Com efeito, graças ao alfabeto, a escrita pôde se liberar de uma codificação que exigia uma infinidade de signos, uma vez que era construída sobre a primeira articulação. Elaborado a partir de um código duplamente articulado, o alfabeto só requer um pequeno número de figuras gráficas. Esta eficácia institui a escrita como linguagem autônoma em relação ao oral; ela o transforma em instrumento adaptado à elaboração do pensamento abstrato e à lógica. Assim, se a escrita é filha do oral, alguns preferem louvar os traços

do pai presentes na herdeira, enquanto outros só têm olhos para as virtudes próprias à jovem.

Ao longo do tempo, a escrita e o oral estiveram lado a lado. A fronteira entre os dois nunca deixou de se modificar, assim como as representações que deles tiveram os homens. Pode-se dizer que essa relação conflituosa remonta ao nascimento da escrita. Nossas concepções atuais das práticas da escrita, de sua aprendizagem, assim como das orientações seguidas pela pesquisa, são perpassadas, conscientemente ou não, por uma ou outra das duas visões que acabamos de expor.

1.2 A leitura em voz alta

Desde o nascimento do alfabeto, a prática da leitura está fortemente associada à emissão sonora do texto. Esse caráter vocal da leitura está estreitamente relacionado a outros aspectos do uso da escrita, que vão se modificando pouco a pouco, sob a influência das transformações sociais. “A leitura não é um invariante histórico — mesmo nas suas modalidades mais físicas —, mas sim um gesto individual ou coletivo, dependente das formas de sociabilidade, das representações do saber ou do lazer, das concepções da individualidade” (Chartier, 1987, p. 201).

As concepções e os discursos sobre a leitura que podemos observar através da história não se sucedem no tempo de maneira estanque e definitiva; muitos podem coabitar em uma mesma época. Na França, até a década de setenta nos defrontamos com a proeminência do modelo oral de